

CEB: comunicação e participação - um novo jeito de ser Igreja*

Elton Bruno Barbosa Pinheiro**

Índice

| | |
|--|---|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Contextualização do processo em que surgiram as CEB | 3 |
| 3. Mas, afinal o que são as CEB? | 4 |
| 4. Métodos e pedagogia das Comunidades Eclesiais de Base | 7 |
| 5. A Igreja nos anos 80 e 90 | 7 |
| 6. Os novos desafios para as CEB | 7 |
| 7. Considerações Finais | 8 |

Resumo

O presente artigo se propõe a estudar o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) como meios efetivos da comunicação popular; apresenta o contexto sócio-econômico e eclesial no qual surgiram as

*Artigo elaborado para a disciplina Comunicação Comunitária, ministrada pelo Prof. PhD Pedro Nunes Filho, no Curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB..

**Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pela mesma Universidade. É integrante do Núcleo de Pesquisas em Mídias, Processos Digitais e Interatividade (NUMID/UFPB). Endereço eletrônico: eltonufpb@hotmail.com

mesmas; discorre acerca dos conceitos, suas características; destacar o protagonismo dos agentes pastorais; expõe o método de horizontalidade como pedagogia das CEB, bem como aponta os novos desafios para as comunidades e o seu papel na sociedade de hoje.

Palavras-chave: Comunidades Eclesiais de Base. Comunicação Popular. Protagonismo. Igreja Católica.

1. Introdução

CEB um jeito de ser Igreja... um jeito muito especial.

Não é para qualquer pessoa, é pra quem entende

que a vida é serviço, pra quem entende o que é caminhada,

para quem entende que ser Seguidor do Caminho é sacrifício.

Para quem entende que a Vida é o maior dos dons.

Para quem é profeta nestes tempos.

Para quem é luz nas trevas.

Para quem é anunciador da Verdade.

(Oculto)

É bem certo que nas sociedades os modos de comunicação refletem os modos de

produção. Os detentores dos meios de produção possuem, também, a propriedade dos meios de comunicação. E, conseqüentemente, determina o modo hegemônico de comunicação.

Estudar as práticas de comunicação da Igreja Católica, mais especificamente o caso das Comunidades Eclesiais de Base, significa compreender como se estruturam politicamente tais organizações religiosas e como exercem ali seus mecanismos de influência e poder.

O autor José Marques de Melo é referência nos assuntos referentes à Igreja junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com ele as práticas de comunicação têm variado no tempo, correspondendo às mutações estruturais da instituição e refletindo o seu relacionamento com a sociedade global (MARQUES DE MELO, 2005: 23). Examinando a história da comunicação da Igreja, em uma perspectiva da história social ou da história das relações entre a Igreja e a comunicação, Marques de Melo nos ajuda a identificar quatro fases bem definidas.

A primeira fase é aquela em que o comportamento da Igreja está orientado para o exercício da censura e da repressão. Vai de Inocêncio VIII ao século XIX. [...] Sua maior expressão, que se projetaria até os nossos dias, é a Santa Inquisição. [...] A segunda fase registra uma mutação profunda e se traduz pela aceitação desconfiada dos novos meios de comunicação. Seus marcos históricos são o pontificado de Leão XIII e a convocação do Concílio Vaticano II, pelo Papa João XXIII. [...] Começa também a mudar sua postura em relação à im-

prensa, se bem que em um ritmo menos veloz. [...] A terceira fase corresponde à velocidade com que se dão as transformações sociais e tecnológicas. A Igreja vê-se compelida a acertar o passo, a se adaptar às exigências do mundo contemporâneo. [...] de repente, ela assume a postura de que é preciso evangelizar, multiplicar a palavra do Evangelho, utilizando os modernos meios de comunicação. [...] A quarta fase é a que estamos vivendo, em particular a América Latina, depois de Puebla. [...] A Igreja supera aquela fase do deslumbramento ingênuo e deixa de acreditar que a tecnologia pode resolver os problemas da ação evangélica (MARQUES DE MELO, 2005: 23-24).

Pode-se identificar nessas quatro fases a caminhada da Igreja no relacionamento com a sociedade, na sua integração com o povo de Deus, na sua familiarização com as inovações tecnológicas, mas, sobretudo, na sua profunda transformação pastoral.

Desta feita cabe apontar que de modo particular, na quarta fase a Igreja passa a adotar uma postura de avaliação crítica, começando a repensar a questão da comunicação. A partir desse momento, a Igreja, sobretudo por meio das **Comunidades Eclesiais de Base**, passa a incentivar, a patrocinar, a respaldar experiências de comunicação do próprio povo.

São as CEB ganhando destaque no cenário Católico Brasileiro e Latino Americano, tornando-se meio de comunicação no estilo “voz dos que não têm voz”, ou seja, criando condições para que o povo de Deus, organizado em comunidades, passe a ter voz através dos seus próprios meios.

As CEB, portanto, estimulam a criação de meios populares de comunicação, rompendo o silêncio secular no qual o povo esteve condenado por bom tempo.

Leonardo Boff acredita que a abertura para o mundo, realizada na estrutura eclesial, nas últimas décadas, conduziu a um tipo de prática evangélica vista por ele como “a Igreja nasce pela fé do povo”. De acordo com Marques de Melo, essa é a prática de uma Igreja que se compromete com a fé do povo e avalia criticamente sua comunicação, buscando novos meios, novas formas, abrangendo novos conteúdos (MARQUES DE MELO, 2005: 29).

2. Contextualização do processo em que surgiram as CEB

Para uma análise sobre CEB torna-se necessário esboçar a relação da Igreja com o conjunto da sociedade brasileira, uma vez que as mudanças que se efetuaram no seio da instituição foram, até certo ponto, a tentativa de adequação às mudanças ocorridas no país no aspecto social, econômico e político.

2.1. Contexto Sócio-Econômico e Cultural

Entre os anos de 1955 e 1965 a vida da sociedade brasileira sofreu algumas influências, nesse contexto insere-se o governo de Juscelino Kubitschek, uma fase desenvolvimentista, com inserção de capital e tecnologia estrangeiros e criação de um parque industrial. Tais avanços, ao mesmo tempo agravaram o êxodo rural e o crescimento desordenado das grandes cidades. Vale ressaltar o modelo econômico do tipo concentrador,

no governo JK que não atendia às necessidades do povo e aumentava a dependência do país junto ao capital e a tecnologia externa.

Os governos de Jânio Quadros e João Goulart receberam os reflexos da política econômica de Juscelino Kubitschek. Jânio Quadros teve uma “passagem meteórica” na presidência e João Goulart teve um governo dúbio frente às exigências das elites e às necessidades das classes populares, pela não realização das reformas de base. Foi deposto do poder com decisiva participação das forças armadas no golpe de Estado.

Os militares contaram com o apoio da grande imprensa, através de jornais como “Jornal do Brasil”, “O Globo”, “Folha de São Paulo”, “Estado de São Paulo” e cadeias de rádio, revistas, jornais estações de rádio e TV dos “Diários dos Associados”

A única oposição coube na imprensa ao Jornal Última Hora; a OAB também aplaudiu a deposição de Jango; e a hierarquia da Igreja começava a apoiar os novos governantes.

Os bispos mais influentes elogiaram o golpe por meio de um manifesto que reconhecia a previdência dos militares que “intervieram a tempo de impedir a implantação de um regime bolchevista em nosso país”, ao mesmo tempo defendia os líderes do laicato da acusação de comunismo (SKIDMORE, 1989: 63-64).

Entre o final da década de 60 e os primeiros anos de 70, os militares afinavam a política com o desenvolvimento econômico. Era a época do “milagre brasileiro”. Entretanto, havia uma distribuição negativa da renda (MAINWARING, 1986).

No plano político, exacerbava-se a repressão, a partir da imposição do AI 5 (1968); A ditadura militar se encontrava na

fase de fortalecimento; Os meios de comunicação estão sob censura; O congresso foi fechado e as organizações populares tiveram seus líderes perseguidos, presos, banidos, torturados ou assassinados. (SILVA, 1998: 48).

Então, a Igreja Católica efetua uma guinada em sua linha política. De legitimadora do golpe passa à condição de oposição. Isto por que a repressão perpetrada pela nova ordem atingia agora os membros do próprio clero ou do laicato.

Os grupos católicos que estavam em choque com o aparelho repressivo eram representados pela Ação Popular (AP), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC).

A Igreja estava dividida em três alas: Progressista, encabeçada por D. Hélder Câmara, pregava contra a violência e as injustiças sociais, encoraja a promoção humana;

Conservadora, liderada por D. Geraldo de Proença, arcebispo de Diamantina, denunciava a ameaça subversiva e imperturbavelmente apoiava o regime militar; e Moderada, caracterizada por não tomar qualquer posição pública sobre injustiça social e problemas sócio-econômicos. Tinha a tendência de se unir aos “Progressistas” quando a questão era a defesa do clero implicado em torturas ou vexames.

2.2. Contexto Eclesial

A “Ação Católica” foi um meio de interferência sócio-política que tinha como objetivo principal orientar os partidos católicos e a rede de organizações sociais cristãs. Suas ramificações: JOC - Juventude Operária Católica, deu grandes contribuições na década de 60 para a Igreja começar uma transformação de sua postura diante dos prob-

lemas pelos quais passava o país; MEB - Movimento de Educação de Base (ligado ao Método Paulo Freire, conceito de horizontalidade, e a Ação popular; e MMM - Movimento por um Mundo Melhor, foi um curso orientado pelo padre José Mairins (1960-1965) com o propósito de renovação apostólica e espiritual, recaindo sobre a inovação da estrutura paroquial e propiciando o aparecimento, até certa medida, das Comunidades Eclesiais de Base.

O leigo assume papel importante, todavia, seu desempenho está sob controle estrito do poder eclesiástico.

A paróquia perde seu foco centralizador, para a dinamização da comunidade, onde o leigo deixa de freqüentá-la apenas com o intuito de usufruir das funções sacramentais, saindo do anonimato e passa a sentir-se acolhido e com responsabilidade.

2.3. O Surgimento

O Plano de Emergências da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) procurava atender às necessidades do continente. Os seus resultados foram incorporados no Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto - PPC (1965-1970) e que passou a ser considerado lançamento oficial das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil.

3. Mas, afinal o que são as CEB?

3.1. Características

Antes de buscar traçar tais características é importante mencionar a questão de que cada autor parte de diferentes perspectivas quando se trata de estabelecer uma definição ao termo CEB, o que comprova a diversidade

de suas formações desde seu surgimento até os dias de hoje.

Para tanto, faremos uma abordagem dos conceitos estabelecidos por alguns autores. Iniciemos por Frei Betto em seu livro “O que é Comunidade Eclesial de Base”:

As comunidades eclesiais de base (CEB) são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. [...] São **comunidades**, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São **eclesiais**, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. De **base**, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) (BETTO, 1985:16-17).

Para Luiz Couto Teixeira aborda a terminologia CEB encerra:

São **comunidades** pelo fato de reunir pessoas que comungam da mesma fé e que se unem por laços de solidariedade e de compromisso de vida. Estas pessoas se reúnem normalmente em pequenos grupos e de maneira geral pertencem a

uma mesma vizinhança geográfica. São **eclesiais** porque constituídas de cristãos reunidos em razão da fé e em comunhão com toda a Igreja. É justamente este dado eclesial que confere a identidade às que integradas por essas pessoas das camadas populares (TEIXEIRA, 1988: 305-306).

Sobre a finalidade da CEB e a motivação que levam esses membros a se reunirem, Mainwaring aponta:

Uma CEB é um grupo pequeno (com média de 15 a 25 participantes que geralmente se reúnem uma vez por semana, usualmente para discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões. No Brasil, ao contrário da América Central, as CEB foram quase em sua maioria, criação de sacerdotes ou freiras (MAINWARING, 1989: 127).

Para Lebauspin podem apresentar características variadas, mas o fator fundamental deve ser que:

As pessoas possam se conhecer “pessoalmente”. É uma associação voluntária: participar dela implica em uma escolha, um engajamento. Essas pessoas se reúnem em razão de suas crenças religiosas: para rezar, celebrar, refletir sobre as relações entre a Bíblia e sua vida, para participar dos sacramentos. Essas comunidades desenvolveram-se em meio popular, seja nas zonas rurais, seja nas periferias e nas favelas (LEBAUSPIN, 1997:50).

3.2. Os Agentes Pastorais

Nessa perspectiva de organização, destaca-se a o protagonismo dos animadores das CEB são os chamados agentes pastorais: leigos, religiosos ou padres, formados pelas próprias comunidades. Os agentes pastorais devem seguir um trabalho horizontal, ou seja, é preciso viver vinculado ao povo, comungar a sua vida, para aprender com ele e refazer suas categorias e valores elitistas, academicistas, populistas ou vanguardistas. (BETTO, 1985, p. 19)

Já os membros das Comunidades Eclesiais de Base são em geral, pessoas de remuneração salarial inferior a dois ou três salários mínimos mensais. Moram em casas populares e buscam na religião, de acordo com o Frei Betto, não um “sedativo” para os sofrimentos, mas um espaço de discernimento crítico frente a ideologia dominante (BETTO, 1985:20).

3.3. Voz dos que não tem voz

Nos anos de regime militar no Brasil, os membros das comunidades participaram ativamente da oposição popular, muitos foram presos e torturados; alguns assassinados pelas forças repressivas do poder político e/ou econômico.

A Igreja passou a ser “voz dos que não tem voz”, empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos.

Três etapas percorridas pela CEB nos últimos anos: 1ª) A comunidade em si: centrada em sua motivação religiosa, buscando no Evangelho as pistas para sua atividade social; 2ª) Os movimentos populares: surgidos com a participação dos membros das co-

munidades, onde entram católicos, protestantes, espíritas, ateus, etc. “A divisão não é mais entre quem tem e quem não tem fé. É entre quem está do lado dos interesses dos pobres e que está a favor dos privilégios dos opressores”; 3ª) Fortalecimento do Movimento Operário: Oposição Sindical e valorização deste órgão de classe.

3.4. CEB e Movimentos Populares

De acordo com Frei Betto as CEB não se fecham em si mesmas. “As questões levantadas nas reuniões raramente deixam de ser questões sociais, ligadas à sobrevivência das classes populares” (BETTO, 1985:24).

No vocabulário das CEB a palavra libertação sobressai. Ela está presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação, e ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da modificação do modo de produção capitalista.

3.5. As CEB na zona rural

Pesquisadores confirmaram que “É na zona rural que as comunidades de base mais proliferam. O homem do campo encontra na Igreja seu principal referencial ideológico.” Essa luta é travada pelos próprios lavradores: procuram tomar o sindicato das mãos oficiais, expressam seus sofrimentos em versos e canções, promovem mutirões para comprovar a força de sua união, fazem manifestações públicas para denunciar a opressão em que vivem (BETTO, 1985: 27-28).

4. Métodos e pedagogia das Comunidades Eclesiais de Base

As CEB se orientam pelo método ver-julgar-agir. O método é definido da seguinte forma: **ver**, percebe-se que uma ou duas questões se impõem como mais importantes; **julgar**, como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho; e **agir**, o planejamento, a busca pela forma concreta de enfrentar o problema; (um mutirão, o abaixo-assinado, etc.).

É importante mencionar que a ação das comunidades eclesiais de base dá-se de modo intra-ecclesial (celebração de culto, festas litúrgicas, novenas, catequese, preparação aos sacramentos, estudo de documentos da Igreja) e de modo extra-ecclesial (vinculação às lutas populares, na cidade e no campo) (BETTO, 1985:32).

A Pedagogia do Oprimido, criada por Paulo Freire, mostra que os agentes devem permitir aos núcleos organizados ter clareza de sua prática social e política. Os núcleos, por sua vez, levam os agentes a assumirem essa prática. Podemos concluir que com essa pedagogia o povo, então, deixa de ser um mito, um conceito quimicamente destilado, e os agentes perdem a pretensão de ser dotados de toda ciência capaz de mudar a história.

Dois desvios devem ser evitados na prática da pastoral popular: o populismo eclesial e o vanguardismo eclesial. O Populismo eclesial é a atitude dos agentes que sacralizam o povo, acreditando que este por só si é capaz de se conscientizar e de se libertar. O Vanguardismo eclesial é a atitude dos agentes que julgam o povo incapaz, ignorante e se

judgam auto-suficientes no encaminhamento da pastoral popular.

5. A Igreja nos anos 80 e 90

Com a “abertura” política de 1970 surgem os questionamentos sobre o papel das CEB e os novos desafios para as mesmas. Modificada a conjuntura nacional, há de se aceitar uma transformação no papel que as CEB vinham desempenhando. Mas, ao contrário do que se esperava, houve, principalmente de 1978 a 1985, uma incrementação da questão política.

Em conseqüência da aliança entre organizações de base, Igreja, movimentos sociais, foram alcançadas determinadas conquistas políticas como a reforma partidária, anistia política e outras favoreceram a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, na conjuntura eclesial internacional, o início do Pontificado de João Paulo II, procurava dar à Igreja um reordenamento tentando conter o clima de abertura presente no período pós-conciliar. É a chamada “Volta à grande disciplina”.

6. Os novos desafios para asCEB

As comunidades eclesiais de base continuam a representar um papel muito importante na vida nacional. São os espaços eclesiais onde o povo nutre, professa e celebra sua fé com a atividade política.

Nelas a igreja reencontra suas origens evangélicas e abandona, aos poucos, sua postura da velha dama da monarquia.

Leonardo Boff diz que as Comunidades reinventam a Igreja, já que, pela ação do Espírito, refazem o caminho percorrido pela

comunidade primitiva, na liberdade dos dons que o Senhor concede a seus filhos.

No entanto há alguns desafios a serem enfrentados pelas Comunidades Eclesiais de Base, como por exemplo, desapropriar o cristianismo das mãos da classe dominante; esvaziar o discurso religioso de suas conotações burguesas; e recuperar a dimensão intrinsecamente libertadora da mensagem evangélica.

7. Considerações Finais

Ao estudar as Comunidades Eclesiais de Base como meio de comunicação popular, desde a contextualização sócio-econômico e eclesial até os desafios e papel na sociedade de hoje em torna-se um novo jeito de ser Igreja, se comprometendo com a fé do povo, avaliando criticamente sua comunicação, buscando novos meios, novas formas e abrigando novos conteúdos, é possível perceber alguns sinais que indicam como a Igreja vem trabalhando não apenas para dar voz aos que não têm voz nem vez, mas, sobretudo para que os sem-voz e vez construam seus próprios meios de comunicação e através deles emitam sons que nasçam da sua própria vivência e sejam modulados em função das suas perplexidades e esperanças, sem mediação hierárquica, sem intervenção dogmática, sem instrumentação ritualista, conforme afirmou Marques de Melo (2005:29).

8. Referencias

ANDRADE, Hamilton Ayres Freire de Andrade. *Comunidades Eclesias de Base (CEBs): as discontinuidades discursivas entre o plano Latino- Americano e*

o Pontificado de João Paulo II. Dissertação de Mestrado em Sociologia UFPB - João Pessoa, 2004.

AZEVEDO, Marcelo. *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*. São Paulo: Loyola, 1996.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Abril, 1985.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo, Eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

CASTANHO, Amury. *Os caminhos das CEBs no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1988.

CELAM, *Conclusões da Conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, Decretos, Declarações*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DELMIRO, Ivaldinete Araújo. *CEBs: Espaço de Fé, Formação e Cidadania*. Estudo de Caso das CEBs da Diocese de Campina Grande - PB. (Tese de Mestrado em Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa, 1996.

FERNANDES, Dom Luiz Gonzaga. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KUNSCH, Waldemar Luiz. *O verbo se fez palavra. Caminhos da Comunicação Católica*. São Paulo: Paulinas, 2001.

LESBAUPIN, Ivo. *As Comunidades de Base e a transformação Social*. In *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAINWARING, Seott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARQUES DE MELO, José. *Comunicação Eclesial: Utopia e Realidade*. São Paulo: Paulinas, 2005.

SILVA, Jomar Ricardo da. *Comunidades Eclesiais de Base. Poder e participação Sócio-Política*. (Tese de mestrado em Sociologia, Campina Grande - PB, 1998.

TEIXEIRA, Luiz Couto. *A gênese das CEBs no Brasil – Elementos Explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988.